

## Resenha

**Street, Brian (ed.) 1993. *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 314 págs.**

Resenhado por: *Guilherme Veiga Rios*

As modalidades de língua, oral e escrita, não devem ser compreendidas em sua totalidade como habilidades autônomas, especificamente desenvolvidas pelos indivíduos nas sociedades ocidentais orientadas pelo "progresso". Tal concepção de fala e escrita se derivou em grande parte de estudos, em épocas passadas, de psicólogos e educadores nos quais essas modalidades receberam um tratamento isolado de implicações sócio-culturais e, por conseqüência, também foram isoladas entre si. À língua oral imprimiu-se um valor radicalmente distinto da língua escrita, que obteve na maioria das nações do ocidente, até mesmo pela perspectiva histórica, uma estreita ligação com a racionalidade e a tecnologia.

A negação nas três primeiras linhas do parágrafo anterior é o que Brian Street defende em *Cross-cultural approaches to literacy*, uma coletânea de textos por ele organizada, atendendo ao intuito de expor e defender a natureza ideológica dos usos da fala e da escrita nos mais diversos contextos culturais de comunidades humanas. Mais do que apenas oferecer uma crítica ao que o organizador denomina "o modelo autônomo de letramento" os textos reunidos "mostram um grande comprometimento com os novos estudos sobre o letramento" e, de certo modo, encaixam-se nas categorias de seu "modelo ideológico": etnia, gênero e relações de poder. Street refere por "novos estudos de letramento" a virada contra a "grande divisão" entre a fala e a escrita, proposta por Ong (1982), para a relação entre oralidade e letramento como um contínuo. Contudo, alguns autores foram além desta idéia, ao afirmar a existência de sobreposição e mistura entre as duas modalidades da língua, o que se aproxima da "complexidade e do modo multidimensional com que a fala e a escrita atuam dentro e entre as comunidades de fala" (Besnier, 1988).

O termo "modelo ideológico de letramento" foi cunhado por Street para caracterizar uma reação aos estudos da fala e escrita dentro do paradigma autônomo. Desta maneira, a expressão não constitui redundância, visto que o letramento em suas coerções sociais possui um caráter ideológico, mas sim serve para destacar

<sup>1</sup>O modelo autônomo de letramento é a concepção do letramento "como independente de contexto social, uma variável autônoma cujas conseqüências para a sociedade e a cognição podem ser derivadas de seu caráter intrínseco" (Street, p. 5).

uma objeção, à qual vários acadêmicos sem projeção editorial insistentemente proclamavam "ao ver as práticas de letramento como inextricavelmente ligadas às estruturas culturais e de poder na sociedade, e ao reconhecer a variedade de práticas culturais associadas à leitura e escrita nos diferentes contextos" (p. 7).

Os textos, um total de doze, estão distribuídos em três grandes seções: 1ª) "A incorporação do letramento no repertório comunicativo"; 2-) "Letramentos locais e política nacional: etnia, gênero e religião"; e 3ª) "Variação do letramento em contextos urbanos". Cada seção é precedida de uma descrição das contribuições e da explicação desse ordenamento.

A primeira seção discute o 'impacto' do letramento nas sociedades que anteriormente não tinham qualquer relação com a escrita; e as 'conseqüências' para a cognição e o desenvolvimento social. Kulick e Stroud apontam que nesses estudos apenas uma concepção de letramento foi levada em consideração - a dos estrangeiros, sejam colonizadores ou missionários - e concluíam confirmando a hipótese dos processos predizíveis em que os iletrados ao se tornarem letrados passavam de uma condição passiva para uma ativa, "sem inteira consciência e controle disso" (p. 25). Esses estudos sobre o "impacto" do letramento em sociedades não-letradas são os de Goody (1968), Ong (1982) e Gellner (1983). Os textos da coletânea fornecem argumentos consistentes para uma crítica desta concepção etnocêntrica de letramento.

O primeiro texto. "Literacy in a Papua New Guinean Village" (Kulick e Stroud), mostra como o letramento não transformou os moradores da vila Gapun na Nova Guiné, uma comunidade de repertório comunicativo basicamente oral. Ao contrário, os membros da comunidade é que o transformaram de acordo com suas concepções culturais. A fala serve em geral para a manutenção "de uma estrutura intersubjetivamente construída na qual o significado pode ser publicamente negociado" (p. 53). A escrita está sempre contextualizada, todos os materiais escritos devem estar integrados às relações na vila. Tanto é que uma mensagem escrita sem um mensageiro é desconsiderada: "Os fatos escritos no papel não têm significância a não ser que sejam oralmente proclamados" (p. 54).

O segundo texto, "Literacy and feelings: the encoding of affect in Nukulaelae letters" (Niko Besnier), contesta a tese de que a escrita é especificamente isenta de marca de afetividade e separada da subjetividade do autor. Analisando cartas na língua Nukulaelae, falada por habitantes do atol de Funaafuti, na região do Pacífico Central, Besnier constata que o grau de afetividade que os membros dessa comunidade de fala imprimem à "superfície de um registro particular, seja falado ou escrito, é uma função das normas comunicativas em jogo na sociedade, e não uma conseqüência inerente da oralidade e da escrita" (p. 65). Tais normas socialmente convencionalizadas admitem para o gênero textual carta determinados marcadores de envolvimento afetivo que, no julgamento da própria

comunidade, não são apropriados nem mesmo para suas interações face-a-face.

A tipologia das cartas investigadas pelo autor variou entre cartas de saudação, despedida e informação a parentes de eventos familiares; cartas admonitórias, em que predominavam os conselhos dos mais velhos para com os mais novos. Com base no termo *'framé'* (moldura), de Goffman (1974), o autor destaca a recorrência de marcadores específicos presentes no início e fim do texto das cartas, tais como a saudação idêntica aos contextos interacionais face-a-face (*'taalofa'* [oi]). E ao final faz-se referência à saúde de todos os que estão com o remetente e com o destinatário. Street, em sua apresentação prévia a este texto, tece a eloquente conclusão: "as formas pelas quais o afeto é codificado no repertório comunicativo varia entre as culturas e o meio (fala ou escrita) e não podemos afirmar que quando as pessoas adquirem o letramento também irão adquirir as convenções de uso do repertório da cultura interveniente" (p. 27).

Em seguida, *'Schooling and literacy in a Zafímaniry Village'* (Maurice Bloch) é um estudo em que se analisa a intervenção e instituições de educação, de um lado religiosas e civis de outro, em uma vila Zafímaniry, um pequeno grupo de pessoas que habitam a floresta no leste de Madagascar. O autor desenvolve uma noção mais ampla de 'contexto' incluindo dois tipos: o contexto político-social tanto na escolarização quanto no letramento e o "contexto dos diferentes tipos de conhecimento não-escolares e sua importância para o modo como as pessoas comumente avaliam e usam o conhecimento escolar" (p. 88).

Bloch chegou a uma interessante conclusão: o que é ensinado na escola, seja pelo conteúdo religioso ou leigo, é irrelevante para o modo de vida diário dos membros da vila, embora estes exaltem o valor da escolaridade e do letramento. A explicação para este fato reside nas "teorias de conhecimento" sustentadas pela "força da cultura autóctone". Estas teorias estão vinculadas ao modo com que "o corpo, o gênero, a maturação, a natureza do mundo vivo e o entendimento dos processos produtivos e reprodutivos são encarados" (p. 95). O conhecimento escolar não transforma unilateralmente a "organização e a filosofia do conhecimento" dos membros da comunidade (ibid.). Antes, é interpretado de acordo com os termos da cultura autóctone. Bloch cita Willis (1977) e Scribner e Cole (1981) como referências similares a essa conclusão.

O último texto da primeira seção *"Arabic literacy and secrecy among the Mende"* (Caroline Bledsoe e Kenneth Robey), registra o modo pelo qual o letramento é assimilado pelos membros da sociedade Mende de Serra Leoa.

Entre os usos da escrita nessa sociedade, seja no domínio público seja no privado, uma função determinante subjaz a praticamente todos: o segredamento. O letramento árabe tem estabelecido uma conexão estreita com a doutrina islâmica, o que pode ser evidenciado pelo fato de o ensino do árabe na sociedade Mende, na

maioria das vezes, provir diretamente do Alcorão. Contudo, este ensino, que é ministrado por um estudioso islamita (*karamoko*), demanda um compromisso durante um extenso período de tempo, no qual os estudantes aprendem a memorizar os versos ao invés de estudar seu significado. A razão disso se deve a que as palavras escritas do Alcorão são dotadas de "importantes significados secretos" e o acesso a estes por quem não possui as qualificações rituais necessárias é perigoso. Desta maneira, a escrita na sociedade Mende possui uma referência preponderante - os textos sagrados do Alcorão - e recebe por este fato um atributo que é comum no domínio religioso. Este caráter secreto do letramento é exemplificado nos momentos em que os vários subgrupos da sociedade usam o letramento multilíngüe para excluir de suas mensagens determinados destinatários. Até mesmo os órgãos governamentais controlam o conhecimento e o monopólio de suas ações por meio da escrita burocrática em inglês. Enfim, concluem os autores, contrapondo-se ao que Goody (1968) defende: o letramento na sociedade Mende, de Serra Leoa, é assimilado não por ser um modo de comunicação superior à oralidade, mas por constituir um recurso potencial que permite o segredamento e a exclusão social, inerentes ao contexto de cultura.

A segunda seção recobre a relação entre as práticas de letramento e a construção da identidade. Este termo é focalizado nas noções de etnia, gênero e religião, por um lado, e formas de organização do estado e política nacional, por outro. O objetivo precípuo desta seção é examinar o papel do letramento nesse processo de constituição da identidade étnica, das relações de gênero e da heterogeneidade religiosa.

O texto de Ioan Lewis, "Literacy and cultural identity in the horn of África", é uma investigação sobre o impacto do letramento para o desenvolvimento da identidade nacional. Esta questão é sugerida por Goody, Ong, e Gellner, que consideram haver um vínculo estreito entre letramento e desenvolvimento do nacionalismo. Lewis focaliza a implantação do letramento em língua materna numa região de intenso contato interétnico e recentemente disputada pela Etiópia e Somália. Por meio de um levantamento histórico, apresenta a confluência de etnias que dominaram a ponta leste da África desde 500 anos atrás. Convivendo com o letramento árabe, após a tomada do poder aos colonizadores cristãos no início do século, a Somália consistia em uma reunião de clãs que falavam o somáli, uma língua exclusivamente oral ligada a certas convenções culturais, como a oratória e a poesia em diferentes gêneros. A implantação referida acima aconteceu no contexto de uma campanha de alfabetização, articulada pelo regime militar que tomara o poder na década de 1970 e que assumia o desenvolvimento da identidade nacional como consequência de tal campanha. Porém, a médio prazo, ocorreu um retorno às tradições orais dos poemas de louvor e oratória, o que demandou uma readaptação dos eventos políticos ao repertório comunicativo somáli, com o intuito de ajustar à realidade cultural a posi-

ção política do estado e o sentimento nacionalista. Este resultado vai de encontro à concepção de transformação nacionalista ocasionada pela introdução do letramento. E, ao contrário, reivindica a existência de uma complexidade na relação entre letramento e nacionalismo.

"Gender, language and the politics of literacy" (Kathleen Rockhill) contrasta os discursos públicos e do estado sobre o letramento com as experiências vividas em contextos locais nos Estados Unidos. Sua análise relaciona o nível macro e micro do discurso sobre o letramento como forma de estabelecimento do poder.

Na questão de gênero, a autora focaliza as práticas de letramento reais de mulheres de origem hispano-americana em Los Angeles. Assim como em textos precedentes neste volume, o contexto é investigado de maneira mais ampla, mesmo não havendo relação direta com as práticas de letramento, e revela "como o poder é vivenciado por meio de práticas cotidianas, das regulações sociais e das imagens de desejo que governam a sexualidade e o uso da linguagem" pelas mulheres.

Há uma contradição entre a situação vivida pelo grupo pesquisado e o seu desejo pela conquista do "Sonho Americano", em que o letramento, para elas, consistiria na chave para sua realização. Porém, tal contradição verifica-se a um nível mais elevado, pois os discursos dominantes na esfera pública acusam o iletrado de "falta de vontade" e "de minar a Democracia Liberal", enquanto as famílias estruturadas nos papéis genéricos privam a mulher de frequentar a escola e as instituições públicas de fomento contribuem para essa violência com sua omissão. As mulheres declaram que o letramento não é necessário para suas vidas, o que evidencia sua "prisão doméstica", mas por outro lado consideram-no crucial para "tornar-se alguém", "uma dama", como elas vêem nas revistas e nos filmes. De um lado, o letramento é considerado como fortalecimento, enquanto de outro "como um meio de assimilação à classe média dominante nos Estados Unidos, com seus mitos e fantasias".

Street comenta que o contraste entre os discursos públicos dominantes e a experiência concreta em relação ao letramento se deve sobretudo às concepções dos cientistas sociais que o descontextualizam da experiência concreta, representando-o como fixo, um produto unificado e uma habilidade técnica a ser adquirida por indivíduos que exprimem essa vontade: "uma vez que os cientistas sociais exponham a natureza socialmente construída do letramento, então estaremos em condições de examinar e desafiar as distorções dominantes e os mitos do letramento que regulam o domínio público na sociedade contemporânea" (p. 140).

O terceiro texto "Literacy development and ethnicity in Alaska" (Reder e Wikelund) examina as relações complexas entre diversas formas de letramento e práticas sociais, no Alaska, especificamente na cidade de Seal Bay (nome fictício). Este território, que desde 1867 é um dos estados da federação americana,

havia sido anteriormente colônia do império russo. As instituições mantenedoras de letramento então eram a igreja ortodoxa russa e a companhia russo-americana, que controlava a venda e distribuição de produtos oriundos da caça nativa. Nessas instituições, o tipo de letra empregado era o do alfabeto cirílico. Depois da compra do Alaska pelos Estados Unidos um novo letramento com tipo de letra latina surge, mantido pelo governo americano nas escolas públicas. Tal situação engendrou a competição entre os diferentes letramentos associados às respectivas instituições, o que transcendeu da questão do tipo de letra (cirílico ou latino) e escrita para a estrutura social étnica.

Ao longo desse processo, "dois sistemas de 'significação' social foram delimitados com o desenvolvimento do letramento - a noção de 'vila' e de 'exterior'" (Street.p. 140). Independentemente da instituição mantenedora, os diferentes letramentos comutaram-se nos dois "sistemas" em momentos distintos, de modo que, o que era tido como "exterior" em determinada época, veio a ser considerado como "integrante à vila" em outra. Portanto, os autores concluem ser inútil a aplicação dos conceitos tradicionais de um modelo único e autônomo de letramento. Para eles, "o papel do letramento no desenvolvimento desta comunidade ... parece intimamente ligado aos significados sociais que duas práticas variadas assumiram. Esses significados incluem tanto as identidades locais e etnias quanto as relações com as instituições maiores, as religiosas e políticas, seja a igreja ortodoxa russa, o sistema de educação americano ou o governo" (p. 140).

"The letter and the spirit: literacy and religious authority in the history of the Aladura movement in Western Nigéria" (Peter Probst) revisa determinadas considerações acerca do domínio religioso após a introdução do letramento. Mais amplamente, o texto trata das relações entre letramento e identidade política e religiosa.

O foco do trabalho é sobre o movimento religioso local denominado 'Aladura' na década de 1920, dirigido por Josiah Oshitelu, em protesto contra sua expulsão da igreja missionária cristã devido às mensagens messiânicas pregadas por ele. Estas mensagens, uma série de sinais gráficos, foram interpretadas por Oshitelu como a revelação de uma missão conferida a ele por Deus. Antes de sua expulsão, Oshitelu e seus correligionários explicavam alguns acontecimentos catastróficos, que de fato se realizaram, pela fúria de Deus ao paganismo reinante e ao governo impopular.

Oshitelu percebeu a significância da escrita desde os tempos em que era aluno da escola missionária. Os sinais gráficos de sua visão foram impressos e adquiriram circulação em seis grandes jornais. Com o crescimento da igreja de Oshitelu, sua publicação periódica levava os sinais impressos, aos quais ele atribuía a seqüência: "a escrita sagrada de Deus". Probst interpreta os sinais gráficos "como um privilégio simbólico do profeta, removendo-o do resto da sociedade e garantindo-

lhe uma marca de autenticidade" (p. 141). O movimento religioso introduzido por Oshitelu representou, em conseqüência, um desafio e a independência da fonte de poder dos missionários. Neste caso, outra implicação das conseqüências do letramento na religião é o fato de o movimento Aladura haver mantido os papéis dos profetas como intérpretes da Bíblia, ao contrário da sugestão de Goody, na qual "o desenvolvimento de textos escritos na religião levaria a uma rotinização, a tal ponto que a interpretação aberta a todos propiciaria pronunciamentos estandardizados por uma elite em relação aos significados das escrituras" (p. 141).

A terceira seção do livro, "Literacy variation in urban settings" tem por elemento central o conceito de 'letramento vernacular'. Alguns autores no livro mencionam o termo, que é diferentemente formulado por eles, mas delimitam-no com um significado próximo. No primeiro texto, "Vernacular writing: varieties of literacy among Philadelphia High School students" (Miriam Camitta), a autora define letramento vernacular como textos escritos por adolescentes fora da escola, em contraste com os textos escolares. Para ela, esses textos "estão mais intimamente associados à cultura, a qual não é nem de elite nem institucional. Por escrita vernacular eu quero dizer escrita que é tradicional e própria aos processos culturais diversos das comunidades, distintos dos padrões uniformes e inflexíveis das instituições" (p. 223).

Camitta relaciona o letramento vernacular à tradição textual popular que se afasta da vertente comum padrão. Esse uso da escrita é freqüentemente relegado no contexto escolar, e, largamente, sofre julgamentos morais que o condenam a uma conformação disciplinar, sugerindo sua inadequação ao modelo de texto acadêmico. Nos programas de difusão de letramento, os letramentos locais tendem a ser desconsiderados por serem vistos como 'atrasados' ou inadequados às necessidades da vida moderna.

Convivendo com vários adolescentes, alguns alunos seus, na 'City High School' (Escola Secundária da Cidade) em Filadélfia, a autora pôde compartilhar a experiência de escrita auto-monitorada, praticada pelos adolescentes em contextos não-oficiais. Os dados escritos consistem em versos de 'rap' (estilo musical) e notas de ensaio, cartas, registros em revistas, diários, poemas, rimas, paródias e textos copiados em cadernos. O processo de produção desses textos incorporou a interação verbal freqüente entre os alunos. Alguns dos textos eram transformados em 'performances', que eram ensaios com leitura dos textos em voz alta pelos autores e retomo oral pela audiência em comentários e revisões. Este ritual editorial foi interpretado pela autora como "colaboração oral e escrita". O resultado aponta para o lugar da escrita no que é comumente a prática oral da literatura, ou seja, no contexto de comunicação face-a-face. O fato de a 'performance' ocorrer em qualquer ponto do processo de produção textual implica um redimensionamento da "análise das práticas orais e letradas, tanto em contextos tradicionais quanto modernos, no folclore como na antropologia" (Street, p. 234).

"Collaborative writing: appropriating power or reproducing authority?" (Amy Shuman), o segundo texto dessa seção, é um estudo sobre os direitos de narração oral entre adolescentes de uma 'Junior High School' (Escola Secundária) numa cidade do interior no leste dos Estados Unidos. A autora parte das seguintes constatações prévias: "na forma escrita padrão esses direitos envolvem questões de direitos autorais; nos contextos de letramento vernaculares os direitos estão encaixados nas relações e interações sociais cotidianas" (p. 234). Observando as narrações sobre brigas escolares, ela aponta que os direitos se referem à disputa sobre "quem tem o direito de dizer o que para quem" (ibid.). Vários adolescentes registraram em diários essas narrativas de brigas.

A tarefa de encaminhar documentos escritos, como preenchimento de formulários e cartas para autoridades escolares é executada pelos próprios adolescentes, e tal costume é arraigado na comunidade em que vivem, onde há uma maioria de famílias porto-riquenhas radicadas. Os adolescentes exercem o papel de intérpretes entre o espanhol e o inglês.

Ao contrário da correlação fixa, fala e comunicação face-a-face e escrita ausência do autor, "os adolescentes frequentemente usavam narrativas orais para enviar mensagens a terceiros ausentes (por exemplo, rumores de que ele/ela disse...) e, em parte, usavam a escrita em interações face-a-face em que documentos eram produzidos colaborativamente e lidos em voz alta ou como comunicação solitária consigo mesmos no diário" (Street, p. 225).

Em conclusão, a relação entre as convenções orais e escritas ocorre por meio de uma mistura nos eventos investigados por Shuman. A escrita em si não é causa da proximidade ou distância na interação entre os interlocutores, antes ela é produto das normas que regulam a comunicação numa comunidade de fala, assim como o canal e o gênero.

O terceiro texto, "Literacy and social process: a community in transition" (Gail Weinstein-Shr), enfoca a condição de imigrantes refugiados incorporados a uma sociedade letrada (Filadélfia, EUA) e os recursos de que se utilizam para manter-se na organização social do meio em que estão estabelecidos. Os indivíduos no caso são imigrantes Hmong, cuja origem reporta às regiões montanhosas da China e outros territórios adjacentes, devido ao intenso costume itinerante desse povo. A autora vem conduzindo pesquisas desde aproximadamente uma década sobre essas famílias e "seu repertório de recursos comunicativos" com a introdução do letramento, "uma recente inovação" para eles. O contraste examinado é a relação entre o letramento ligado ao parentesco na comunidade Hmong e a nova forma de vida na zona urbana de Filadélfia. Por meio das histórias de vida de dois homens, as formas de uso do letramento são detalhadas e postas em contraste. Enquanto o primeiro, Chou Chang, faz do letramento padrão aprendido nas aulas uma mediação entre sua comunidade e os órgãos oficiais, o segundo, Pao Youa, aparenta um "fracasso" nas aulas formais, mas



usa o letramento, de certa forma eficientemente, para reforçar os laços com a tradição Hmong e "sua própria autoridade em relação a ela". Chou passa boa parte do tempo escrevendo cartas para os escritórios governamentais de serviço social, ao passo que Pao recorta jornais, coleciona materiais referentes à intervenção no Laos na década de 1970 e um diário pessoal de crônicas militares. Tais atividades tornam-no uma autoridade como "mantenedor da história e de notícias na comunidade".

Ambos estenderam o letramento para as necessidades correntes, o primeiro pelas comunicações com as autoridades no país e o segundo pela manutenção das práticas tradicionais de autoridade, nos dois casos fazendo do letramento um meio criativo e ativo em acréscimo ao repertório comunicativo de sua comunidade. A autora conclui também que as funções e o uso do letramento podem esclarecer de forma geral "o processo social e a organização humana", bem como contribuir para o conteúdo da instrução na linguagem escrita e da prática educacional, uma vez que ela própria é professora de inglês de diversos imigrantes.

O último texto "Code switching and mode switching: community interpreters and mediators of literacy" (Mike Baynham), segue a mesma perspectiva do texto anterior ao focalizar o repertório lingüístico da comunidade marroquina em Londres para a resolução de questões burocráticas.

O autor centraliza seu estudo na noção de 'mediador de letramento', interlocutor que supre informações relativas ao sistema de letramento, e contrasta dois tipos diferentes de práticas comunicativas: os eventos de letramento mediados e os eventos comunicativos que envolvem intérpretes, sejam eles formais ou informais. O primeiro tipo consiste de uma atividade de escrita em que, entre os participantes, um auxilia na realização ou decodificação do material para o outro por meio da fala em apenas uma língua, podendo haver textos multilíngues. O segundo tipo envolve a comunicação em mais de uma língua, transitando-se de uma para outra, por meio do envolvimento de intérpretes, conforme as necessidades de compreensão dos participantes. Ambos os tipos ocorreram no contexto investigado à época da pesquisa e uma das conclusões a que chega o autor está baseada no fato de os membros da comunidade que serviam como mediadores também desempenharem o papel de intérpretes, como voluntários de uma organização comunitária. A conclusão principal do estudo está na mistura entre os modos oral e letrado no evento de letramento mediado, voltado para algum tipo de texto - o que chama o autor de 'mudança de modo' ('mode switching'), em analogia ao termo da sociolingüística 'mudança de código' (code switching)<sup>2</sup> - e na predominância do modo oral nos eventos interpretativos. Nestes últimos também ocorreu mudança de registro, de formal para informal.

2 Conforme Gumperz 'code switching' (mudança de código) pode ser definido como a justaposição dentro do mesmo turno de passagens de fala pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais (1982: 59). Baynham acrescenta que atualmente seu interesse está na mudança de código em interação bilingüe (p. 300).

Em suma, a proposta de Street ao organizar esta coletânea é suficientemente clara: expor argumentos consistentes por meio de múltiplos trabalhos na relação letramento e cultura (trabalhos que anteriormente tiveram pouca divulgação no debate sobre o letramento), questionando as teses do que ele denomina de modelo autônomo. Os resultados a que alguns autores chegaram põem na berlinda a aplicação desse modelo nos contextos investigados, bem como as conseqüências lineares tais como o desenvolvimento cognitivo, social e nacional. Como observa Street, muitos estudiosos que adotam a metodologia etnográfica e a análise do discurso ainda podem trazer luz acerca do fenômeno do letramento, compreendido em sua relação com as categorias do modelo ideológico: etnia, relações de poder e gênero.

## Referências Bibliográficas

- Besnier, N. The linguistic relationship of spoken and written Nukulaelae registers, *Language*, 64: 707-736, 1988.
- Gellner, E. *Nations and nationalism*, Oxford: Blackwell, 1983.
- Goody, J. (ed.) *Literacy in traditional societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- Goffman, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1974.
- Ong, W. *Orality and literacy*. London: Methuen, 1982.
- Scribner, S. and Cole, M. *The psychology of literacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- Willis, P. *Learning to labour*. Farnborough: Saxon House, 1977.